

Índice de influência parlamentar no primeiro ano do Governo Lula III

Maiane Bittencourt
UFPR

Júlio Canello
IESP-UERJ

Joyce Luz
FGV-SP

João Feres Jr.
IESP-UERJ

Bruno Marques Schaefer
IESP-UERJ

ReDem Working paper
Vol. 1
Nº 1
maio, 2024

Índice de influência parlamentar no primeiro ano do Governo Lula III

Maiane Bittencourt, Júlio Canello, Joyce Luz, João Feres Jr. e Bruno Marques Schaefer

Maiane Bittencourt

UFPR
0000-0001-5591-9143
maiane.ctba@gmail.com

Júlio Canello

IESP-UERJ
0000-0003-3542-6688
jcanello@iesp.uerj.br

Joyce Luz

FGV-SP
0000-0002-2761-442X
joheluz@gmail.com

João Feres Jr.

IESP-UERJ
0000-0002-5830-0458
jferes@iesp.uerj.br

Bruno Marques Schaefer

IESP-UERJ
0000-0002-5127-7240
brunoschaefer@iesp.uerj.br

Resumo

Quais foram os parlamentares mais influentes na Câmara dos Deputados no primeiro ano do atual Governo Lula? Como a influência parlamentar se relaciona à configuração das bancadas partidárias, à presença feminina na Casa e às coalizões de governo? Este relatório apresenta o Índice de Influência Parlamentar (IFI) elaborado pelo Observatório do Legislativo Brasileiro, com apoio do INCT ReDem, e informa os resultados obtidos para a Câmara dos Deputados no ano de 2023. Além de descrever os componentes do Índice e identificar os(as) deputados(as) mais influentes, analisamos o indicador com foco em três dimensões: partidos políticos, participação de mulheres no processo legislativo e coalizões de governo/obtenção de maioria parlamentar. Os resultados destacam não apenas a influência decisiva da presidência da Casa, mas também da Liderança da Maioria. Do mesmo modo, indicam o expressivo contingente de deputados influentes do PL, além da influência registrada para todas as deputadas em exercício, apesar de figurarem apenas a partir da 15ª posição na classificação geral. Por fim, registramos que a baixa influência da bancada do PT, comparada às de outros partidos grandes na Casa, aponta para a necessidade da formação de coalizões de governo.

Palavras-chave

Influência parlamentar; Câmara dos Deputados; Bancadas partidárias; Mulheres no legislativo; Coalizão de governo.

Abstract

Who were the most influential lawmakers in the Chamber of Deputies during the first year of the current Lula Government? How does parliamentary influence relate to the configuration of party benches, the presence of women in the House, and government coalitions? This report presents the Parliamentary Influence Index (PII) developed by the Brazilian Legislative Observatory (OLB), supported by INCT ReDem, and reports the findings for the Chamber of Deputies for the year 2023. In addition to describing the components of the Index and identifying the most influential deputies, we analyze the indicator focusing on three dimensions: political parties, participation of women in the legislative process, and government coalitions/majority formation. The results highlight not only the decisive influence of the presidency of the House but also of the Majority Leadership. Similarly, they indicate a significant contingent of influential deputies from the PL, as well as the recorded influence for all active female deputies, although they only appear from the 15th position in the overall ranking. Lastly, we note that the low influence of the PT bench, compared to those of other large parties in the House, points to the need for the formation of government coalitions.

Keywords

Parliamentary influence; Chamber of Deputies; Political parties; Women in the legislature; Government coalition.

Apresentação

A identificação dos parlamentares mais influentes na atividade legislativa representa um desafio para a Ciência Política. A fim de enfrentar esse desafio, o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), em parceria com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (INCT-ReDem), elaborou o Índice de Influência (IFI) para deputados federais no exercício do mandato. A ideia fundamental aqui é que a influência pode ser aferida em termos das posições que o parlamentar ocupa ou ocupou na estrutura institucional da casa legislativa, especialmente em funções de liderança e sob quais projetos foi relator. Este relatório tem por objetivo a análise preliminar dos dados do IFI para 2023 (primeiro ano do Governo Lula III).

Com base nesse indicador, buscamos analisar a configuração atual do parlamento para identificar, inicialmente, os membros da nova legislatura que têm potencialmente maior impacto no processo de tomada de decisões ao longo do processo legislativo. O relatório está organizado como segue: na primeira seção tratamos, brevemente, da construção do IFI; na segunda, apresentamos dados dos parlamentares mais influentes; na terceira, tratamos das bancadas partidárias; na quarta, avaliamos as desigualdades de gênero no IFI; na quinta, focamos na coalizão do governo Lula; e, ao final, indicamos os pontos de destaque deste relatório.

O IFI

A finalidade principal do IFI é categorizar os(as) deputados(as) federais brasileiros(as) em termos de influência na tramitação legislativa. Utilizando um sistema de pontuação, o índice leva em consideração todos os cargos e posições institucionais relevantes que o parla-

mentar ocupa atualmente e ocupou no passado, desde a 51ª legislatura em 1999, classificando os representantes em uma escala de 0 a 10. Quanto mais alta a pontuação, mais significativos são os cargos ocupados pelo parlamentar no contexto institucional do processo legislativo.

Para elaborar o indicador, levamos em conta as seguintes posições institucionais ocupadas pelos deputados desde 1999: presidente da mesa diretora; líder do governo; líder da maioria; líder do partido; presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC); presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO); presidente de Comissões Permanentes; líder da oposição; líder da minoria; presidente da Coordenadoria dos Direitos das Mulheres (CDM); relatorias da Lei de Orçamento Anual e relatorias de projetos de lei, de lei complementar, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição que tramitaram na atual legislatura.

A pontuação atribuída a esses cargos e posições segue uma ordem de importância, considerando, quando necessário, os pesos das bancadas partidárias, assim como o total de deputados federais em exercício e a composição da respectiva Comissão em análise. Além disso, contemplamos o impacto da ocupação de cargos e posições em legislaturas passadas, atribuindo-lhes um valor menor à medida que a legislatura se distancia no tempo. A obtenção de dados referentes ao processo legislativo, em especial quanto às relatorias em proposições, foi realizada até o dia 20 de novembro de 2023. Buscamos atribuir pontuações no Índice aos(as) 513 deputados(as) em exercício do mandato naquela data.

Os(as) mais influentes em 2023

Inicialmente, identificamos os(as) 20 parlamentares que

se destacam como os(as) mais influentes, conforme o resultado do índice.

Ocupando a posição mais proeminente na hierarquia da Câmara, o atual presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), detém o cargo de maior relevância. Lira encontra-se no primeiro lugar do ranking com a pontuação máxima atribuída a um(a) parlamentar no IFI. Desde sua ascensão à presidência da Câmara dos Deputados, em 2021, empregou de maneira estratégica as prerrogativas associadas ao seu cargo, exercendo influência não apenas sobre a pauta legislativa, mas também em votações cruciais. Além de ocupar a posição de presidente da Casa, o parlamentar acumula pontos devido à sua experiência prévia como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e em seu papel como líder partidário do Progressistas, anterior PP.

O ocupante da segunda posição, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), exerce a função de líder da Maioria na Câmara desde março de 2023, ocupando um dos cargos de maior importância na Casa Legislativa. Sua pontuação elevada decorre também de sua passagem por outros cargos significativos como a liderança de Governo durante o mandato de Michel Temer (2016-2018) e a liderança partidária durante a primeira gestão de Dilma Rousseff.

Os resultados expostos na Tabela 1 demonstram a predominância masculina, totalizando 90% do ranking dos 20 parlamentares mais influentes. A presença feminina entre os 20 parlamentares mais influentes é limitada a duas representantes: Laura Carneiro (PSD-RJ), posicionada na décima quinta colocação, e Flávia Morais (PDT-GO), que ocupa a vigésima posição.

Parlamentares com uma trajetória mais longa e com maior acumulação de experiência ao longo da vida

Tabela 1. Os(as) 20 Deputados(as) mais influentes na Câmara dos Deputados

Posição	Nome	Partido	UF	Sexo	Idade	Score IF
1	Arthur Lira	PP	AL	M	54	10
2	Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	M	55	6,47
3	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	M	53	4,43
4	Zeca Dirceu	PT	PR	M	45	4,00
5	Dr. Luiz Ovando	PP	MS	M	74	3,89
6	Altineu Côrtes	PL	RJ	M	55	3,89
7	Felipe Francischini	UNIÃO	PR	M	32	3,33
8	Rui Falcão	PT	SP	M	80	3,17
9	André Figueiredo	PDT	CE	M	57	2,89
10	Adolfo Viana	PSDB	BA	M	43	2,37
11	Antonio Brito	PSD	BA	M	55	2,36
12	Guilherme Boulos	PSOL	SP	M	41	2,28
13	Hugo Motta	REPU*	PB	M	34	2,19
14	Aureo Ribeiro	SOLI**	RJ	M	45	2,19
15	Laura Carneiro	PSD	RJ	F	61	2,17
16	Felipe Carreras	PSB	PE	M	49	2,16
17	Eduardo Bolsonaro	PL	SP	M	39	2,01
18	Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	AL	M	47	1,89
19	Fábio Macedo	PODE	MA	M	42	1,88
20	Flávia Morais	PDT	GO	F	55	1,75

*Republicanos **Solidariedade

Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados.

apresentam uma probabilidade mais elevada de exercer influência. Uma proxy comumente utilizada para mensurar a experiência é a idade do parlamentar. Observa-se, portanto, que os parlamentares mais velhos estão entre os mais influentes. A faixa etária dos 30-34 anos é representada por apenas dois parlamentares: Felipe Francischini (UNIÃO-PR), com 32 anos, ocupando a sétima posição, e Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB), de 34 anos, classificado na décima terceira posição.

Bancadas partidárias

Antes de verificar os partidos com o maior número de deputados(as) influentes na Câmara em 2023, indicamos os partidos que apresentaram as maiores médias de cadeiras na Câmara dos Deputados desde o ano de 1988, ou seja, aqueles que conquistaram maior representação numérica de forma mais consistente ao longo do tempo.

Tabela 2. Partidos com os maiores médias de cadeiras na Câmara dos Deputados (1999-2022)

Partido	Média	Número de eleições
PT	73	7
PMDB/MDB	66	7
União Brasil	59	1
PFL/DEM	56	6
PSDB	52	7
PP	44	7
PL/PR/PL	41	7
PSD	29	4
PSB	27	7
PDT	22	7
PTB	22	7

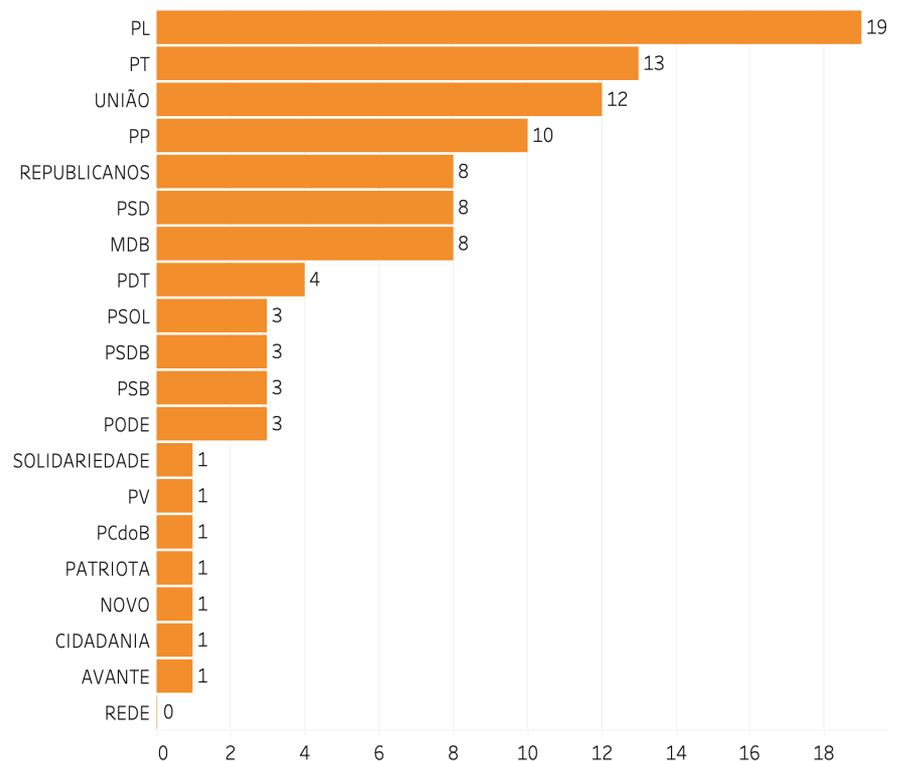
Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Somente três partidos não participaram das sete eleições realizadas: o União Brasil (resultado da fusão do antigo DEM e PSL), que esteve presente em apenas uma eleição; o DEM (anteriormente PFL), que competiu em seis das sete eleições; e o PSD, que participou somente de quatro pleitos.

A agremiação que detém a maior média de cadeiras até o momento é o Partido dos Trabalhadores (PT), com aproximadamente 73 assentos. Estabelecido em 1980, o partido se tornou a principal representação política da centro-esquerda, notabilizando-se por ser a primeira agremiação com participação significativa de trabalhadores em sua fundação, incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

¹ Para uma compreensão mais ampla e detalhada deste gráfico, por favor, consulte: <https://public.tableau.com/app/profile/maiane.bittencourt/viz/Grafico1-Partidosmaisinfluentes/Planilha1>

Gráfico 1. Porcentagem de deputados(as) que pontuaram no IFI em 2023 por partido político¹



OBS.: A Rede aparece com 0,19. **Fonte:** Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Embora o Partido dos Trabalhadores (PT) mantenha a maior média de cadeiras, o Índice de Influência indica

que o atual partido com o maior contingente de deputados(as) influentes é o Partido Liberal (PL) com 19% do corpus. Essa condição pode ser atribuída à marcante influência do ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja atuação reconfigurou a dinâmica política de direita, contando com sua eleição presidencial em 2018. Essa transformação resultou na eleição de 52 deputados em 2018 e 99 em 2022 pelo PL, consolidando a sigla como a maior bancada da Câmara dos Deputados na atual legislatura. A segunda posição é ocupada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), representando 13% de deputados que pontuaram no índice.

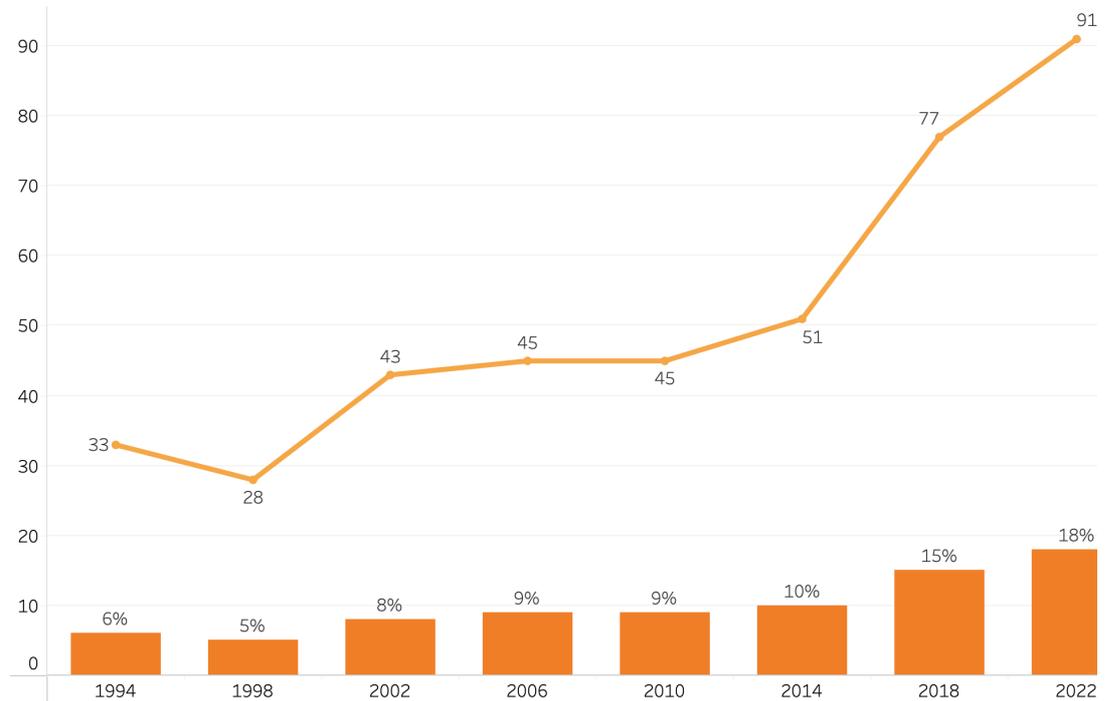
Mulheres na CD

Uma medida potencial para avaliar a redução da desigualdade na representação política consiste em avaliar a presença entre os eleitos de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres na política de nosso país. Desde as eleições de 2010, observa-se uma tendência ascendente no número de representantes femininas, embora essa evolução ainda seja modesta. Esse fenômeno sugere uma crescente atenção para a promoção da equidade de gênero no cenário político, embora haja ainda um longo caminho a percorrer para alcançar uma representação mais igualitária.

O Gráfico 2 oferece uma análise tanto da quantidade absoluta de mulheres eleitas quanto da sua representação percentual no contexto da Câmara dos Deputados. O aumento da proporção de mulheres eleitas deputadas federais ao longo da série temporal de eleições é notável. Resta saber se essa tendência se sustentará nas próximas eleições.

Embora a proporção atual de mulheres eleitas na Casa (18%) não seja substancial, a legislatura em curso representa um aumento significativo em comparação à

Gráfico 2. Quantidade e porcentagem de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados (1994-2022)²



OBS.: Média da quantidade, 52; Média da porcentagem, 10.

Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados

proporção de 1994 (6%), por exemplo, quando da segunda eleição após a promulgação da Constituição de 1988. Algumas mudanças institucionais foram importantes para explicar o crescimento, ainda tímido, da presença feminina na Câmara, como a decisão do STF de que os partidos deveriam reservar ao menos 30% dos recursos do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanhas) para as candidaturas de mulheres, em 2018; a posterior regulamentação legislativa da decisão; e a maior fiscalização (e punição) do TSE em relação às chamadas candidaturas “laranja”.

Um dado importante é que 90³ das 91 deputadas federais tiveram alguma pontuação no Índice de Influência (IFI), quase a totalidade. A deputada mais bem classificada no IFI ocupa apenas a décima quinta posição: Laura Carneiro (PSD-RJ). A trajetória dessa parlamentar é conhecida por ter iniciado como assesso-

² Para uma compreensão mais ampla e detalhada deste gráfico, por favor, consulte: <https://public.tableau.com/app/profile/maiane.bittencourt/viz/Grafico2demulherestentativa2/Planilha1>

³ Sonia Guajajara é a parlamentar que não pontua no IFI, pois desde o dia 12 de janeiro de 2023 ocupa o cargo de Ministra dos Povos Indígenas.

ra política de Ulysses Guimarães, importante figura política que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, Laura Carneiro acumula cinco mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados, ressaltando sua longa e significativa contribuição para a arena legislativa em liderança partidária e na Coordenadoria dos Direitos das Mulheres.

No que toca à faixa etária das parlamentares, observamos apenas um caso na faixa dos 25-29 anos, representado por Luisa Canziani (PSD-PR). Duas parlamentares encontram-se na faixa etária de 30-34 anos: Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Yandra Moura (UNIÃO-SE). As demais parlamentares possuem mais de 40 anos.

A representante feminina mais velha no ranking das 20 mais bem posicionadas no IFI é Benedita da Silva (PT-RJ), com 81 anos, uma parlamentar com presença significativa na Câmara dos Deputados. Em seu quinto mandato como deputada federal, sua trajetória destaca-se como um ponto fora da curva, caracterizada pela construção de uma coalizão entre evangélicos e o PT para alcançar sua vitória eleitoral. Sua influência no processo legislativo é notável, evidenciada, por exemplo, pela relatoria na PEC das Domésticas, pelo projeto de instituição do 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, e pela autoria da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Essas realizações ressaltam não apenas sua longa experiência na esfera legislativa, mas também seu engajamento em pautas sociais e culturais.

Dado que o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupa atualmente a Presidência da República, seria razoável supor que os parlamentares desta agremiação estariam mais proeminentemente posicionados no ranking das 20 mais influentes. Contudo, observa-se que a representante feminina mais influente do PT é Erika Kokay (PT-DF), ocupando a décima posição no ranking específico para mulheres e a 78ª posição no ranking geral. Essa discrepância destaca a complexidade da

Tabela 3. Ranking das 20 mulheres mais influentes da Câmara dos Deputados em 2023

Nome	Partido	UF	Idade	IFI	Rank IFI
Laura Carneiro	PSD	RJ	61	2,17	15
Flávia Morais	PDT	GO	55	1,70	20
Sâmia Bomfim	PSOL	SP	34	1,39	26
Adriana Ventura	NOVO	SP	55	1,34	30
Jandira Feghali	PCdoB	RJ	67	1,13	39
Bia Kicis	PL	DF	62	1,03	43
Alice Portugal	PCdoB	BA	65	0,80	52
Daniela Reinehr	PL	SC	47	0,67	62
Lêda Borges	PSDB	GO	62	0,63	68
Erika Kokay	PT	DF	66	0,54	78
Delegada Katarina	PSD	SE	50	0,51	85
Lídice da Mata	PSB	BA	68	0,49	90
Soraya Santos	PL	RJ	65	0,44	100
Luisa Canziani	PSD	PR	28	0,41	106
Antônia Lúcia	REPU	AC	53	0,41	108
Yandra Moura	UNIÃO	SE	30	0,37	119
Benedita da Silva	PT	RJ	82	0,35	125
Any Ortiz	CIDA	RS	40	0,34	130
Rogéria Santos	REPU	BA	57	0,32	135
Fernanda Melchionna	PSOL	RS	40	0,29	142

Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados.

influência parlamentar, indicando que outros fatores, além da filiação partidária, podem influenciar o posicionamento no referido ranking, como a experiência legislativa, o desempenho em cargos relevantes, a participação em matérias relevantes para o cenário político e o gênero da parlamentar.

Coalizão

Antes de reassumir a Presidência da República, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou seus 37 ministros e ministras sinalizando a retomada do presi-

dencialismo de coalizão no Brasil. Esse modelo, caracterizado pela divisão de responsabilidades na formulação de políticas e pela alocação de pastas ministeriais para partidos com assentos no Legislativo, ocorre quando o presidente busca construir uma base de apoio mais sólida e duradoura no Congresso para facilitar a aprovação de sua pauta de projetos e políticas públicas.

A prática de formar coalizões de governo não é nova no Brasil e tem sido observada desde a redemocratização. Todos os presidentes eleitos, exceto Jair Bolsonaro, optaram por essa abordagem, compartilhando a administração dos ministérios com partidos presentes no Congresso Nacional. Esse fenômeno deve-se ao fato de, no sistema multipartidário brasileiro, o partido do presidente eleito geralmente não conseguir obter sozinho a maioria na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Nesse contexto, a tabela 4 apresenta a quantidade de parlamentares que compõem a coalizão de cada presidente, juntamente com a quantidade de cadeiras que o partido do presidente detém ou deteve na Câmara dos Deputados.

No terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, seu partido, o PT, conquistou 68 cadeiras, representando um pouco mais de 13% da composição total da Câmara dos Deputados. Essa cifra é inferior à alcançada nos primeiros dois mandatos do presidente, quando o partido detinha aproximadamente 17% das cadeiras na casa legislativa. Numericamente, Lula enfrenta um cenário semelhante ao da ex-presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato, e superior ao do ex-presidente Jair Bolsonaro, cujo partido detinha apenas 10,14% das cadeiras no início da legislatura em 2019.

Tabela 4. Quantidade de parlamentares que formam a Coalizão do presidente e quantidade de cadeiras que o partido deste obteve

Presidentes	Coalizão	Cadeiras do Partido do Presidente
Sarney	313	158
Collor	162	32
Itamar	280	0
FHC I	342	74
FHC II	290	96
Lula I	298	90
Lula II	327	83
Dilma I	309	88
Dilma II	248	64
Temer	307	65
Bolsonaro	0	40
Lula III	262	68
Média	261	71

Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados e da imprensa.

A reduzida representatividade do partido do presidente na Câmara dos Deputados não suscita grandes preocupações. Primeiramente, tal cenário é recorrente, assemelhando-se às circunstâncias enfrentadas por todos os ex-presidentes. Em segundo lugar, Luiz Inácio Lula da Silva optou claramente pela formação de uma coalizão de governo, visando estabelecer uma maioria de apoio no Legislativo.

A reduzida representatividade do partido do presidente na Câmara dos Deputados não suscita grandes preocupações. Primeiramente, tal cenário é recorrente, assemelhando-se às circunstâncias enfrentadas por todos os ex-presidentes. Em segundo lugar, Luiz Inácio Lula da Silva optou claramente pela formação de uma coalizão de governo, visando estabelecer uma maioria de apoio no Legislativo.

O aspecto notável reside no fato de que, ao contrário

de seu segundo mandato, no qual construiu uma maioria robusta logo após a eleição, com mais de 308 deputados, e guardando mais proximidade com seu primeiro mandato, quando formou uma coalizão minoritária (298 parlamentares), Lula agora contará com menos cadeiras ocupadas pelos partidos da coalizão. Os 262 deputados que compõem a base aliada do presidente asseguram o quórum necessário para aprovar matérias que dependem apenas da maioria absoluta. Entretanto, esse contingente ainda é insuficiente para alcançar a maioria qualificada exigida para a aprovação de Propostas de Emenda à Constituição (PECs).

Na Câmara dos Deputados, dos 513 parlamentares, 52% (267) fazem parte da coalizão que apoia o governo de Lula, enquanto os 48% restantes (246) não integram formalmente essa coalizão. Essa distribuição reflete a dinâmica política atual, evidenciando a diversidade de posicionamentos e alianças dentro do cenário parlamentar brasileiro que o Executivo precisa negociar.

Entre os 485 parlamentares que apresentam pontuação no índice de influência, 251 (52%) integram a Coalizão do Governo Lula III, enquanto os restantes 233 (48%) não fazem parte. Considerando apenas os 100 parlamentares mais influentes no IFI de 2023, 51 fazem parte da coalizão de governo.

Ou seja, esse dado é convergente com a composição da coalizão de modo geral e com a proporção ocupada pela base de governo entre os parlamentares que pontuam no índice. Ademais, ele sugere que o governo tem capacidade de formar alianças com legisladores influentes eleitos e de eleger, dentro de seu próprio partido, políticos com habilidades de negociação no cenário parlamentar brasileiro. Contudo, a homogeneidade das proporções indica que o Governo não concentra, em sua base, parlamentares com alta influência, acima da proporção em que estes

Por outro lado, é de se reconhecer que uma coalizão que apresenta média semelhante à Casa em geral já representa um esforço político em alcançar um perfil de apoio consistente e representativo do plenário. Vale registrar, contudo, que tal resultado é difícil de alcançar por qualquer governo, uma vez que a formação de coalizões é mediada pelos partidos (com parlamentares de diferente influência) e que a oposição também ocupa posições relevantes na Câmara com efeitos para o processo legislativo.

Pontos de destaque

- Arthur Lira, presidente da Câmara, ocupa a posição mais proeminente na hierarquia;
- Aguinaldo Ribeiro, líder da Maioria desde março de 2023, é o segundo mais importante na Casa;
- Apesar do PT ter a maior média de cadeiras, o Partido Liberal possui o maior contingente de deputados influentes;
- A deputada mais influente, Laura Carneiro (PSD-RJ), está em décimo quinto lugar no Índice de Influência;
- Erika Kokay (PT-DF) é a mulher mais influente do PT, partido do Presidente da República, ocupando a décima posição no ranking específico para mulheres e a 78ª posição no geral; e,
- A reduzida representatividade do partido do presidente na Câmara não é motivo de grande preocupação, sendo uma situação comum e parte da estratégia de formação de coalizões de governo.

Tabela 5. Média de cadeiras que cada partido obteve e o número de eleições disputadas

Partido	Média	Número de eleições
PT	73	7
PMDB/MDB	66	7
União Brasil	59	1
PFL/DEM	56	6
PSDB	52	7
PP	44	7
PL/PR/PL	41	7
PSD	29	4
PSB	27	7
PDT	22	7
PTB	22	7
PRB/Republicanos	20	5
PPS/Cidadania	12	7
PSL	11	5
Solidariedade	11	3
PCdoB	10	7
PTN/Podemos	9	3
PSC	8	7
PV	7	7
PROS	7	3
PSOL	7	5
Novo	6	2
PAN	4	1
PTdoB/Avante	4	5
PHS	4	4
PEN/Patriota	4	3
PRONA	4	2
PRP	3	3
PMN	3	6
PTC/Agir	2	4
PRTB	2	2
PSDC/DC	2	2
PPL	1	1
PST	1	1
Rede	1	2

Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Autoria

Maiane Bittencourt

Doutoranda em Ciência Política pela UFPR e pesquisadora vinculada ao Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB-IESP).

Júlio Canello

Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), onde também realizou o pós-doutorado. Foi pesquisador visitante no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Tem experiência em análise de dados, estudos legislativos e comportamento judicial. Sua pesquisa acadêmica já foi premiada nacional e internacionalmente pela Associação Latino-Americana de Ciência Política, pela Revista Comparative Political Studies e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Joyce Luz

Doutora e mestre em Ciência Política pela USP, pesquisadora de Pós-Doutorado da FGV-SP, pesquisadora do Cebrap, colaboradora do Observatório Legislativo Brasileiro (OLB) e analista política pela 4intelligence. Também atua como professora da Pós-Graduação em Ciência Política pela FESP-SP e é diretora secretária do Movimento Voto Consciente de São Paulo.

João Feres Jr.

Professor titular de ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), do Laboratório de Estudos de Mídia e Espaço Público (LEMEP) e do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB). Atualmente trabalha e publica na área de estudos do comportamento político, comunicação e política, comportamento parlamentar, teoria política, políticas de ação afirmativa e relações raciais.

Bruno Marques Schaefer

Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH-UFRGS), Bruno Marques Schaefer é Professor de Ciência Política no IESP-UERJ. Atua como pesquisador associado ao Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) e ao Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA), e como editor de replicabilidade da Revista Dados.

Normas para colaboração



○ **ReDem Working paper do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (ReDem)** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados ainda não publicados.

Os relatos de pesquisas devem conter até 5 mil palavras. A decisão sobre a sua publicação cabe à Editora a partir da avaliação de dois pareceristas.

O resumo dessas notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão e deve destacar as conclusões). O título da nota de pesquisa deve conter até 100 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas ao final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão APA 2019 (7ª edição).

As notas de pesquisa devem ser enviadas por e-mail ao seguinte endereço wpinctredem@gmail.com aos cuidados da Editora.



Copyright© 2024
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-
ReDem)

**ReDem Working paper. Instituto Nacional de Ciência e
Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática**

Editora: Maiane Bittencourt (UFPR)

Conselho editorial: Adriano Codato (UFPR), Bruno Bolognesi (UFPR), Carolina de Paula (UERJ), Ednaldo Ribeiro (UEM), Graziella Testa (FGV), Jaqueline Zulini (FGV), Karolina Roeder (UNINTER), Luciana Veiga (UNIRIO/FGV), Maria Alejandra Nicolás (UNILA), Maria Cecília Eduardo (UFPR), Nara Pavão (UFPE), Renato Perissinotto (UFPR)

Financiamento:

CNPq. Processo n. 406649/2022-7
Fundação Araucária INC2024191000001

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática**

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciência Política
Rua General Carneiro, 460, sala 515
Curitiba - PR - BRASIL CEP 80060-150
E-mail: inct.redem@gmail.com ▪ URL: <https://redem.tec.br/>

Direitos e permissões

O texto e os dados nesta publicação podem ser reproduzidos desde que a fonte seja citada.

O ReDem Working Paper dissemina resultados de trabalhos em andamento para incentivar a troca de ideias. Os documentos são assinados pelos autores e devem ser citados de acordo.

Os resultados, interpretações e conclusões expressos são de responsabilidade das(os) autoras(es) e não refletem necessariamente as visões do INCT ReDem.

Os **Working papers** estão disponíveis online [<https://redem.tec.br/>]. Assinaturas podem ser feitas por e-mail wpinctredem@gmail.com

Como citar

Bittencourt, M., Canello, J., Luz, J., Feres Jr., J., & Schaefer, B. M. (2024). Índice de influência parlamentar no primeiro ano do Governo Lula III. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 1(1), maio.

Rights and Permissions

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

The disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly.

The findings, interpretations, and conclusions expressed are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the views of the INCT ReDem.

Working papers are available online [<https://redem.tec.br/>] and subscriptions can be requested by email to wpinctredem@gmail.com

How to cite

Bittencourt, M., Canello, J., Luz, J., Feres Jr., J., & Schaefer, B. M. (2024). Índice de influência parlamentar no primeiro ano do Governo Lula III. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 1(1), maio.